

18 de março de 2008

Mobilização social será fundamental para aprovar nova lei da alimentação escolar

Rogério Tomaz Jr.
Abrandh

Em seminário que teve início na manhã desta segunda (17), em São Paulo (SP), dezenas de entidades e representantes do poder público enfatizaram a necessidade de mobilização da sociedade para garantir a aprovação rápida e sem distorções do [Projeto de Lei 2.877/2008](#), que se refere à alimentação escolar.

O seminário é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e é copromovido pela Action Aid Brasil, pelo Programa Mercosul Social e Solidário, pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e pela Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN). O objetivo do evento é promover um debate acerca do projeto de lei e dos significados mais amplos da alimentação escolar no contexto da soberania e segurança alimentar e nutricional.

O PL, apresentado pelo Governo e elaborado no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Ministério da Educação (MEC), traz novidades importantes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Dentre elas, destacam-se o detalhamento mais preciso do conceito de alimentação escolar e a definição de diretrizes para as políticas públicas destinadas a este setor. A estes itens soma-se a indicação de que 30% do abastecimento da "merenda escolar" deve ser feita através da agricultura familiar.

Para Francisco Menezes, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e ex-presidente do Consea, a alimentação escolar possui grande impacto na formação de hábitos alimentares saudáveis e provoca o exercício da intersetorialidade por parte do governo. Além disso, ele sugere uma ampla mobilização em favor da aprovação do projeto de lei. "Várias iniciativas serão necessárias para garantir a aprovação do PL e é necessário que todos os setores se envolvam não apenas a partir das questões que lhes interessam diretamente, mas tendo em vista uma proposta mais ampla de segurança alimentar e nutricional", propõe Menezes.

O deputado federal Nazareno Fonteles (PT-PI), coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, que inclui parlamentares da Câmara e do Senado, participou do seminário e falou na sua abertura. Fonteles lembrou que as definições em relação à alimentação escolar do momento atual terão uma relevância estratégica no futuro breve, diante das sinalizações de que a escola pública poderá passar a funcionar em período integral. A ampliação do público atendido pelo programa, prevista no projeto, também foi abordada pelo parlamentar. "Com inclusão da Educação de Jovens e Adultos, serão incluídas treze milhões de pessoas ao programa, em vez de apenas oito milhões com o ensino médio", aponta o deputado.

Para ele, a perspectiva da alimentação como direito humano também é um elemento importante no contexto de aperfeiçoamento do programa. "A alimentação escolar já está incorporada na mente do povo brasileiro como um direito, tal qual a escola gratuita, o hospital gratuito e outros. No entanto, não há a concepção de que o acesso ao alimento sem a intermediação do mercado é um direito. E isso precisa ser mudado", considera.

Escola como espaço pedagógico integral - Regina Miranda, nutricionista e integrante do Consea, defendeu a escola como espaço promotor de práticas alimentares saudáveis e a incorporação da Educação Alimentar e Nutricional como disciplina regular nos currículos do ensino fundamental. "Além de receber o alimento, ela deve receber na própria escola as informações necessárias ao seu auto-cuidado em relação a esse tema. Todos os momentos, espaços e práticas relacionadas à alimentação são tão importantes quanto os outros instrumentos pedagógicos da escola", avalia a nutricionista.

Na mesma linha de Regina Miranda se pronunciaram Maria Emília Pacheco representante da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), e Vivian Laurino, nutricionista da Prefeitura de São Lourenço do Sul(RS).

Maria Emília, que também integra a coordenação do FBSAN e do Consea, demonstrou o vínculo do debate sobre a alimentação escolar com outras questões relacionadas a esse tema, tais como: liberação de transgênicos, uso de agrotóxicos, modelo agrícola baseado na monocultura de exportação, concentração do controle de sementes, insumos e tecnologias agrícolas por parte de poucas empresas transnacionais, entre outras.

A experiência de sucesso realizada no município gaúcho, a partir do envolvimento dos agricultores familiares na cadeia de abastecimento da alimentação escolar local, despertou o interesse e a curiosidade dos participantes do seminário. Dentre os principais resultados observados em São Lourenço do Sul (RS), Vivian Laurino destacou: aumento do consumo de leite, frutas, legumes, verduras e sucos; desperdício quase nulo nas refeições; aumento da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade ambiental do município; menor custo dos produtos; promoção do desenvolvimento local e da agricultura familiar e valorização dos hábitos alimentares regionais.

Marília Leão, da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh) e também da coordenação do FBSAN e do Consea, expôs uma análise do projeto de lei sob a ótica do direito humano à alimentação adequada e enfatizou alguns itens relacionados a esse direito. "É importante garantir que sejam criados mecanismos através dos quais o poder público seja acionado pela sociedade para assegurar o direito dos escolares, inclusive respondendo a denúncias sobre o mal funcionamento do programa", indica a representante da Abrandh.

O seminário, que conta a participação dos principais movimentos sociais e organizações atuantes nesta área no Brasil, será encerrado na tarde desta terça-feira, com a presença do atual presidente do Consea, Renato S. Maluf.

Além dos citados, participaram da mesa de abertura e dos dois painéis realizados no primeiro dia de trabalhos: Edmar Gadelha (Ibase / FBSAN), Albaneide Peixinho (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE), Aloísio Melo (Ministério da Fazenda) e Sílvio Porto (Companhia Nacional de Abastecimento/Conab).

Centenário de Josué de Castro - Médico e pesquisador brasileiro, Josué de Castro presidiu a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e é uma das maiores referências internacionais acerca das reflexões sobre a fome enquanto fenômeno social e as alternativas para a sua superação. Falecido em 1975, este ano será comemorado o centenário do seu nascimento (05/09/1908).

Serviço

Seminário "Alimentação Escolar: significados, experiências e perspectivas"

Data: 17 e 18 de março (segunda e terça-feira)

Hora: 9 horas

Local: Colégio Pio XI (Rua Pio XI, 1100, Alto da Lapa - São Paulo-SP)

Informações

Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
(21) 2536-7350 (Fase)

Fonte: ABRANDH